

Demissões arbitrárias na Faculdade de Itatiba

Através de correspondência enviada pelo SIMPRO de Campinas e pelos supervisores do Centro Clínico de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itatiba (SP), fomos informados da demissão de dois psicólogos — um supervisor e o diretor do Centro Clínico — juntamente com três professores de outros cursos da mesma Faculdade. Em ambos os casos, denuncia-se a situação de arbitrariedade que cercou as demissões, ao mesmo tempo que se luta pela reintegração desses professores.

O CRP-06, através de carta, e agora, através deste jornal, vem solidarizar-se com o movimento, por acreditar que atitudes aleatórias e autoritárias como a citada, precisam ser denunciadas e repudiadas, pois atentam não só contra a autonomia administrativa e pedagógica que são a essência da Universidade, como também contra o respeito e dignidade a que têm direito os educadores.

Psicólogos impedidos de atuar como professores

Vários psicólogos, professores de Psicologia do 2º Grau, vêm sendo proibidos de ministrar aulas de Psicologia Aplicada à Educação, Psicologia do Desenvolvimento da Criança e Psicologia do Desenvolvimento do Pré-Escolar, no curso de magistério da rede oficial de Ensino. A alegação das autoridades competentes, fundamentada em Resolução do Ministério da Educação e Cultura (MEC), é de que somente o pedagogo pode dar essas aulas.

Para discutir essa questão e traçar uma estratégia que permita rever esta situação, o CRP convoca todos os interessados a participar de uma reunião dia 5 de abril, às 19:30 horas, na sede do Conselho.

ARTIGO PARA DEBATE: INSTITUIÇÃO E SAÚDE

(Última página)

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO TERÁ CONGRESSO

(Pág. 2)

CRP-06 IMPLANTA NOVAS DELEGACIAS

ABCD

No final do ano passado o CRP-06 promoveu em Santo André (SP), no Instituto de Ensino Superior Senador Flaquero, duas reuniões com os psicólogos daquela região com vistas à implantação de uma nova delegacia regional deste Conselho. Na primeira reunião, cerca de 50 psicólogos estiveram com conselheiros do CRP, discutindo a política de descentralização da atual gestão. Os profissionais da região apresentaram seus anseios e expectativas em relação à criação de uma delegacia regional para o ABCD, que conta com, aproximadamente, dois mil profissionais inscritos e possui três faculdades de Psicologia. Foi, então, formada uma comissão de onze psicólogos, que se encarregaria de tomar as providências político-administrativas com vistas à implantação daquela delegacia (articulação de nomes para as funções de Delegado e Delegado-Adjunto, procura de local, mobiliário etc).

Numa segunda reunião, que contou

com a presença de aproximadamente 20 psicólogos, foi feito um balanço do andamento das providências já tomadas, e das dificuldades encontradas até aquele momento no processo desencadeado na reunião anterior. Nesta ocasião, foi sugerido ao Conselho, a indicação do Conselheiro Sílvio Leite da Silva (que reside e atua na região) para a função de Delegado, tendo este a função específica de colocar a Delegacia em funcionamento e promover as articulações necessárias visando uma maior arrematamento de psicólogos, um maior conhecimento entre eles, bem como, das próprias funções da Delegacia, promovendo no prazo mais curto possível, a escolha do novo Delegado e Delegado-Adjunto.

Aceitando as ponderações e a indicação dos psicólogos do ABCD, o plenário deste Conselho empossou o psicólogo Sílvio Leite da Silva na função de Delegado do CRP-06 naquela região. A nova sede está sendo instalada em Santo André, com início de funcionamento pre-

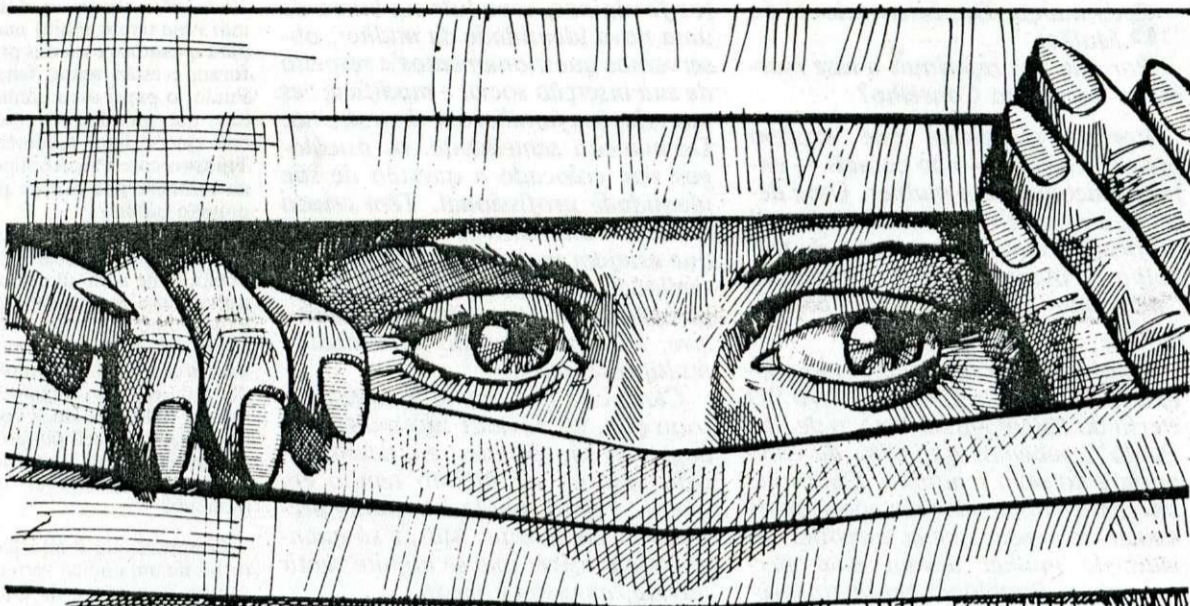
visto para meados de abril. No próximo número apresentaremos maiores detalhes sobre o local e horário de funcionamento, da Delegacia.

São José do Rio Preto

Dando prosseguimento ao processo iniciado a partir do segundo semestre de 1984, realizou-se em São José do Rio Preto, no último dia 05/01, uma reunião onde foram escolhidos o Delegado e o Delegado-Adjunto dessa nova sub-sede do CRP-06. O encontro, que contou com a presença de aproximadamente 25 psicólogos, foi o segundo realizado naquela cidade pela Comissão de Delegacias, tendo em vista esse processo de implantação. Foram eleitos, na ocasião, Mário Cleber da Silva para o cargo de Delegado e Maria do Carmo Faria de Vasconcelos para o cargo de Delegado-Adjunto. Posteriormente, o Delegado recém-eleito comunicou à sede do CRP-06 sua impossibilidade de assumir o cargo, tendo em vista sua transferência de residência para Belo Horizonte (4ª Re-

gião). A psicóloga Kátia Vianna Ricardi, que recebeu a segunda maior votação para o cargo de Delegado, por ocasião da eleição, foi então empossada juntamente com a psicóloga Maria do Carmo Faria de Vasconcelos, durante a Reunião Plenária Geral deste Conselho, realizada no último dia 2.

A nova sub-sede compreende 85 municípios desmembrados da Delegacia de Ribeirão Preto e conta, aproximadamente, com 200 psicólogos inscritos. No momento, seu processo de implantação tem prosseguimento com as várias providências que devem ser tomadas quanto à escolha de local e criação de infra-estrutura necessária para o seu funcionamento. Até que tal processo seja concluído, os psicólogos da nova sub-sede deverão encaminhar suas solicitações ainda à Delegacia de Ribeirão Preto. Pedimos portanto, a esses psicólogos, que aguardem comunicação deste Conselho quanto ao início das atividades da Delegacia de São José do Rio Preto.



DE 27 A 29 DE MARÇO:

VEM AÍ CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Dias 27, 28 e 29 de Março, será realizado no Palácio das Convenções do Anhembi o 3º Congresso Estadual de Educação, promovido por 19 entidades, incluindo o CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. O segundo dia será de grande importância para os psicólogos, que participarão de quatro dos vários sub-temas a serem discutidos:

1 — **Especialistas** — Será encaminhada para discussão a proposta da criação de equipes multidisciplinares que vêm sendo encabeçadas pela Comissão de Educação (Sindicato, CRP-06) e que conta com o apoio de outras categorias interessadas (fonoaudiólogos, pedagogos, assistentes sociais e diretores de escola)

2 — **Pré-Escola** — Dará prosseguimento às discussões e resoluções oriundas do Encontro da Pré-Escola ocorrido no ano passado, cuja promoção também coube ao Sindicato e CRP-06, em conjunto com outras entidades.

3 — **Classes Especiais** — Discutirá o problema do diagnóstico e os aspectos que cercam a educação de excepcionais, trabalho este que vem sendo levado pela Comissão de Educação de Excepcionais (CRP-06)

4 — **Psicologia (Ensino no 2º Grau)** — Apresentará proposta de discussão, encaminhada através da Comissão de Ensino (CRP-06, Sindicato), envolvendo as questões ligadas ao programa da disciplina no currículo do 2º grau (objetivos, seu papel na formação do adolescente, etc.)

Em todos os grupos a programação será idêntica: discussão pela manhã e a tarde, relatos de experiências e levantamento de propostas para a plenária geral do último dia do Congresso.

INSCRIÇÕES

Estudantes de Psicologia (e de outras áreas) farão suas inscrições na APEOESP, até 20/03. O número de vagas é limitado e a ordem de chegada será o critério para a realização das inscrições. Os psicólogos deverão fazer sua inscrição no Sindicato. A taxa, que é de Cr\$ 10 mil para os sindicalizados e/ou inscritos no CRP-06, deve ser paga da seguinte maneira: 1) o interessado deve recolher, em qualquer agência do Banespa, sob a forma de Ordem de Pagamento, a quantia estipulada em favor da conta nº 41.855/2 — vinculada na Agência 423/5; 2) de posse do recibo deverá dirigir-se ao Sindicato, onde este recibo será carimbado. Esse documento permitirá, no dia 27, retirar o crachá para a participação nos trabalhos do Congresso. Para os psicólogos não sindicalizados e não inscritos no CRP-06, a taxa é de Cr\$ 15 mil, e o procedimento é o mesmo. A data limite para as inscrições é 20/03 e o número de vagas previstas para psicólogos é de 200.

Esperamos que nossos colegas prestigiem esse evento, que poderá trazer sugestões muito importantes ao sistema educacional do Estado, aproveitando assim um espaço que se abre às nossas reivindicações e posicionamentos.

EDITORIAL

**PSICOLOGIA
E MULHER**

8 de março: Dia Internacional da Mulher.

Por que nos referimos a esse marco no Jornal do Conselho?

Porque pensamos que existem muitas relações — não casuais — entre a psicologia e a mulher. Uma delas se encontra no nível da "oferta" de profissionais no mercado de trabalho e, outra, no nível mesmo da "demanda" desse tipo de atendimento.

Conforme a pesquisa realizada pelo DIEESE, que resultou no livro "O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo", sabemos que 87% da categoria é do sexo feminino. Com uma porcentagem tão elevada não se pode deixar de pensar que as questões sociais da mulher devem estar permeando a Psicologia enquanto profissão. Com isto queremos dizer, por um lado, que a discriminação da mulher, no mercado de trabalho, afeta diretamente os psicólogos. Por exemplo: algumas organizações não aceitam psicólogas e sim psicólogos em seu quadro de funcionários; a baixa remuneração do trabalho feminino; e o fato de que sua renda ainda é vista como sendo complementar à renda familiar, é algo inclusive constatado na pesquisa, mantendo então um alto índice de sub-emprego. Por outro lado, o próprio saber psicológico pressiona a mulher no sentido de perpetuar essas condições: por exemplo, quando coloca a mãe como "quase insubstituível" na educação da criança, ou quando faz da diferença dos sexos um valor em detrimento da mulher.

Se essa posição da mulher, no pensamento social e nas relações políticas e econômicas, traz para a Psicologia enquanto profissão conotações até certo ponto negativas, isso não esgota, no entanto, os possíveis intercâmbios entre a condição feminina e a condição da Psicologia. Observamos, através dos movimen-

tos femininos, uma luta na busca de uma nova identidade da mulher; observamos questionamentos a respeito de sua inserção social e modificações nas relações familiares e de trabalho. De maneira semelhante, os psicólogos têm colocado a questão de sua identidade profissional. Têm criado modelos alternativos de trabalho, que estejam mais adequados à nossa realidade e que atendam mais à população como um todo. Têm, inclusive, ido em busca de um trabalho multiprofissional.

Claro está que, como toda fase de transição, as dúvidas são muitas, as angústias são grandes, e o desconhecido assusta; ao mesmo tempo em que o "velho" ainda é bastante presente e é conhecido. Mas, é só quando se é sensível que se admite sentir dúvida, angústia e medo.

A té aqui falamos da mulher enquanto profissional da Psicologia. Há também o lado de quem procura os serviços desse profissional. Numa observação empírica, na área de clínica, o que se vê é que a demanda é maior da parte das mulheres, tanto em atendimento público, quanto privado: são mães que levam seus filhos para tratamento ou as próprias mulheres que o buscam. E, curiosamente, também com base numa observação empírica, na infância é maior o número de meninos que são levadas ao psicólogo. Por que isto se dá? Quando se dá a mudança de demanda? As respostas estão para serem arriscadas... Por homens e por mulheres...

A julgar pelo dito, parece que na ideologia desta sociedade a Psicologia é um espaço que a mulher pode procurar e ocupar. Achamos, porém, que além disso ela deve questioná-lo, repensá-lo para que seja colocado a serviço de uma ação para a mudança da condição da mulher, da profissão e da população em geral, e não apenas para manter o que aí está.

Psicologia do trânsito é tema de Congresso Nacional

A questão vem sendo discutida desde 1982, ocasião do I Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito em Porto Alegre. A resposta ainda não atingiu o desdobramento total, mas hoje temos muito mais pessoas voltadas para o assunto e muitas propostas de atuação foram e estão sendo feitas. Como, em São Paulo, o papel mais conhecido é o do psicólogo que trabalha em psicotécnicos, isto faz com que se ligue facilmente a Psicologia do Trânsito com Psicotécnico — idéia partilhada também por outros profissionais e pela opinião pública.

No entanto, se reafirmarmos que o papel do psicólogo é estudar o comportamento humano, cabe a ele também estudar esse comportamento no trânsito, tanto no caráter seletivo como educativo, terapêutico, preventivo, social, ergonômico etc. O trânsito, como uma área de estudo complexa, pode ser abordado de diversos ângulos. Outros profissionais já definiram suas contribuições e áreas de atuação, a exemplo dos engenheiros. Resta a questão: qual a contribuição dos psicólogos como profissionais do comportamento humano?

O importante é não fechar a questão em torno de uma única vertente, mais ampliar o campo de visão e de abordagens, uma vez que o psicólogo dispõe de teorias e técnicas que poderiam ser muito úteis aplicadas nesse campo, tanto a partir de um trabalho prático, do dia a dia, como de formação acadêmica.

Congresso

Dentro desse ponto de vista, estamos organizando, em São Paulo, o III Congresso de Psicologia do Trânsito, a realizar-se de 17 a 20 de julho próximo.

Serão desenvolvidos os cursos de: — Ergonomia e Trânsito: Prof. Dr. Reinier J. A. Rozestraten. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ergonomia; — A Teoria Omeostática de Risco e Segurança do Trânsito — Dr. Gerald J. S. Wilder. Consultor da Divisão de Desenvolvimento e Pesquisa, Ministério dos Transportes e Comunicações, Toronto, Ontário (Canadá); — O fator Humano na Condução de Veículos: Dr. J. Soler — Subchefe do Centro de Exames de Condutores da Chefatura de Tráfego de Valência (Espanha); — Psicologia do Trânsito: Pesquisa e Atuação: Profa. Jane Maria Spagnol — Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Psicologia do Trânsito da Universidade Federal de Uberlândia.

Mesas Redondas

— Drogas e Trânsito: Coordenação — Psicóloga Joazeza Pereira da Silva — Psicóloga Chefe do Ambulatório de Recuperação de Alcoólatras da Prefeitura de São Paulo.

— A Criança no Trânsito: Coordenação — Profa. Jane Maria Spagnol — Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Psicologia do Trânsito da Universidade Federal de Uberlândia.

— Violência no Trânsito: Coordenação — Dr. Antonio Ribeiro de Almeida — Prof. de Psicologia do Departamento de Psicologia USP — Campus Ribeirão Preto.

— Duas Rodas: Coordenação — ABRA-CICLO.

— O Comportamento Humano no Trânsito: como "aumentar" interesse e a participação das autoridades e pesquisadores: Coordenador — Dr. Geraldo Lemos de Faria Pinheiro — Presidente do CETRAN — SP.

— Psicologia no Trânsito: a contribuição das Universidades. Coordenação — Dr. Ataulfo Marques Martins da Costa. Magfisco. Reitor da Universidade Federal de Uberlândia.

— Segurança no Trânsito: a contribuição das "empresas" e órgãos públicos — Participação de representantes de DETRAN, DER, DNER, DERSA e empresas particulares.

— A Atuação dos Psicólogos nas Empresas de Transporte Coletivo e de Transporte de Cargas Perigosas. Participação de psicólogos de empresas de transporte urbano, intermunicipal, interestadual e transportadoras de cargas perigosas.

Pesquisas

Haverá, também, apresentação de pesquisas concluídas ou em andamento, e comunicações livres.

A realização deste evento conta, além do CRP-06, com apoio das seguintes entidades: Universidade Federal de Uberlândia, Associação Brasileira de Psicologia, Sociedade de Psicologia de São Paulo, DETRAN-SP, CENTRAN-SP, VETOR - Editora Psicopedagógica e ABRACICLO. Para plena realização dos objetivos propostos, contamos com a participação dos profissionais e estudantes interessados na área, quer seja como congressistas, debatedores ou, ainda, apresentando seus trabalhos.

Maiores informações serão fornecidas em programa detalhado que será enviado pelo correio. Secretaria do Congresso: rua Carlos Martins Velaça, 408 — Pacaembú. CEP 01249. Fones: 65-5354 e 263-4647.

Lei 6994: Conselho Regional vai defender um projeto alternativo

Em dezembro/84, os Conselhos de Saúde de São Paulo reuniram-se no CREMESP para apreciar o veto do Presidente João Figueiredo ao projeto de lei, aprovado na Câmara Federal, que alterava dois artigos da 6994/82 e favoreceria os Conselhos Regionais. O Presidente argumentou que era inconstitucional e "contrário ao interesse público"; a não aplicação dos recursos financeiros apenas com a fiscalização do exercício profissional; e o não recolhimento dos 70% dos saldos do final de cada ano ao Ministério do Trabalho. Na reunião compareceram, além do CREMESP, os Conselhos de Odontologia, Fonoaudiologia e Enfermagem. Este Conselho foi representado pela Conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi. Das discussões foram tiradas quatro propostas a serem levadas às respecti-

vas plenárias dos Conselhos presentes, para posterior encaminhamento. São elas: 1º) Lutar pela derrubada do veto; 2º) Lutar pela alteração da Lei nº 6994/82; 3º) Apresentar novo Projeto de Lei; 4º) Lutar pela transformação dos Conselhos em Ordens (Ex. OAB - Ordem dos Advogados do Brasil).

Tais propostas foram apresentadas ao Plenário deste Conselho, em 04/02/85, onde os Conselheiros presentes determinaram que não se lutará pela derrubada do veto presidencial, mas sim por um novo Projeto de Lei, cujo encaminhamento deverá passar por consulta às categorias envolvidas, podendo ou não resultar na proposição de uma Ordem. A próxima reunião dos Conselhos de Saúde foi marcada para o mês de março, quando levaremos a decisão deste CRP.

Ação judicial dos psicólogos garante nomeações na Prefeitura

Como já foi noticiado, alguns grupos de psicólogos aprovados no concurso realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), no ano de 1978, acionaram judicialmente aquela repartição, na defesa de seus direitos. O motivo das ações deveu-se ao fato de ter a PMSP, em administrações anteriores, admitido profissionais em lugar de efetivar os concursados.

Os 32 psicólogos da primeira Ação Judicial foram convocados pela Secretaria Municipal da Administração, no início de fevereiro, pa-

ra serem nomeados. Desses 32 psicólogos: a) onze foram impedidos de assumir o cargo, já que no período de inscrição do concurso ainda não possuíam o Registro Profissional, condição essa exigida no Edital do concurso; b) quatro já eram psicólogos admitidos e foram efetivados na própria vaga — três em FABES e um na Secretaria Municipal da Administração; c) os 17 restantes foram efetivados na Secretaria de Higiene e Saúde. Restam ainda três outras Ações em tramitação na Justiça.

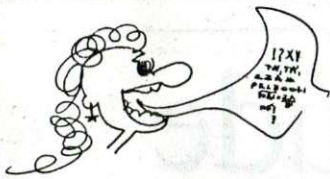
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

Conselheiros: Álvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denílrea Pérola A. Paoli, Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Buhner, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico (licenciada), Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada), Vania Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede — São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 — 10º andar — Fone (011) 212-8111. Delegacias — Assis (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjunto Marechal) — Fone (0183) 22-6224 — Bauru (Denílrea Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 — Fone (0142) 22-3384 — Campinas (Hélio José Guilhardi) Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172 — Fone (0192) 32-5397 — Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 — Fone (067) 382-4801 — Cuiabá (Maria Aparecida de Amorim Fernandes): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 — Fone (065) 322-6902 — Lorena (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) — Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar — Fone (016) 636-9021 — Santos (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano 2, conj. 53 — Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Marinilza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacifico. Editor: Jorge Batista (MT.6040). Diagramador: Sérgio Allii. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 — 10º andar — telefone (011) 212-8111 — 01452 — São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: DCI — Indústria S.A. Tiragem: 19.500 exemplares.



PALAVRA ABERTA

Tendo recebido o **Jornal do CRP**, dia 29/01 p.p., no qual foram publicadas as seguintes matérias:

1 — Psicologia no 2º grau: Secretaria da Educação procura professores;

2 — Profissional carente pode ter isenção de anuidade.

Diante destas publicações tenho as seguintes reivindicações a fazer:

A) Não foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 7/12/84 atribuições de aulas como foi mencionado na publicação do **Jornal do CRP**;

B) O **Jornal do CRP**, chegou apenas 30 dias atrasado, pois, as inscrições nas DEs foram de 06 à 10/01/85 p.p., sendo assim, muitas pessoas perderam a inscrição, por atraso nas informações;

C) Com relação à isenção de pagamento da anuidade fui informada através de telefonema a este CER, que a publicação estava incorreta;

D) O texto com o seguinte título: "PSICOLOGO: Informações sobre a profissão" editado pela Editora Cortez, diz o seguinte quanto as isenções:

CAP-II — seção 2.3 — § 6º — Res. CFP -021/76 de 19/11/76 — "Ao psicólogo que não estiver exercendo a profissão de logo que se formar, ou ainda por período de tempo, é aconselhável proceder a Inscrição no CRP. Nestes casos, poderá solicitar isenção do pagamento da anuidade, sendo que o período de isenção corresponderá ao ano civil, isto é, de janeiro à dezembro. Cessando o motivo que impedia o exercício da profissão, durante a vigência do prazo concedido, o psicólogo deverá regularizar a sua situação junto ao CRP, mediante do pagamento da anuidade de acordo com a tabela de taxas e anuidades em vigor".

Diante do exposto gostaria de saber qual a verdadeira situação, pois, de acordo com a RES. CFP-021/76, psicólogos que não atuam na área podem pedir isenção de anuidade e como este jornal pode fazer uma publicação incorreta, acarretando em prejuízo a seus leitores.

Uma vez que o **Jornal do CRP** se intitula como um veículo de informação ao psicólogo e pelo visto não é o que está ocorrendo. Os artigos deveriam ser verificados antes de serem publicados, e, caso haja alguma publicação incorreta que seja feita retificação, tempestivamente.

Pelo exposto acima, solicito minha isenção de pagamento da anuidade, uma vez que não atuo na área e fiz a inscrição no CRP apenas para prestar concurso. Sendo inconcebível que este órgão só aceite isenção em caso de viagem.

Gostaria que me fosse dada uma resposta; através de carta ou pelo **Jornal do CRP**, uma vez que se mantém uma seção aberta ao leitor.

(a) Vera Lúcia da Fonseca
CRP. 19.965

Resposta:

"Prezada Colega: Em resposta à sua carta datada de 30 de janeiro do corrente temos a informar que:

1. a notícia sobre atribuição de aulas nas escolas da rede estadual de ensino, foi efetivamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 07 de dezembro de 1984, Seção 1, página 14, conforme dizia nosso Jornal.

2. O **Jornal do CRP-06** é mensal e suas notícias sobre concurso não tem a finalidade de divulgá-las oficialmente, pois é evidente que muitas vezes não haveria tempo hábil para isto. Tais notícias devem ser seguidas pelos interessados nos jornais diários de grande circulação e nos Diários Oficiais da União, do Estado e das Prefeituras Municipais.

3. A publicação da Editora Cortez citada, refere-se a resolução do Conselho Federal de Psicologia (nº 021/76) que já foi revogada. Entraremos em contato com o Sindicato dos Psicólogos para esclarecer o assunto.

4. Os psicólogos que não estão exercendo a profissão poderão solicitar cancelamento de sua inscrição, ficando desobrigados do pagamento da anuidade enquanto durar este cancelamento.

No momento em que voltarem às atividades profissionais solicitarão nova inscrição.

Esperamos ter respondido às questões por V. levantadas".

REGINA SCHNEIDERMAN

O CRP-06 enaltece quem, pela Psicologia, lega a sua melhor produção. A psicóloga Regina Schneiderman detém um legado único nos efeitos produzidos pela sua seriedade, sua competência, sua coragem política e seu humanismo, em cada profissional que com ela trabalhou.

No dia 21 de janeiro ela faleceu. Mas sua presença está nas suas contribuições ao ensino da Psicanálise, aos cursos de Psicoterapia Analítica do Instituto "Sedes Sapientiae". A sua falta será sentida por todos aqueles que puderam constatar seu valor.

ANOTE

A Casa do Psicólogo programou, com duração de 1 a 2 semestres, os seguintes cursos: Psicodiagnóstico e Psicoterapia de Base Analítica — Ludoterapia — Testes das Pirâmides Coloridas de Pfister — Curso de Psicopatologia e Psicopatologia Especial — Administração de Recursos Humanos — Distúrbios do Desenvolvimento Infantil/Distúrbios da Aprendizagem — Psicologia do Excepcional — Estimulação Precoce. Maiores informações: rua José dos Santos Jr., 197 — fone: 542-3102 — SP.

Ψ Ψ Ψ

O Instituto Zeppellini de Psiquiatria oferece, com duração de 2 anos, o curso de Psicologia Clínica e Psicoterapia Psicanalítica. Maiores informações: rua Pará, 65, cj. 33 — fone: 258-8347 — SP.

Ψ Ψ Ψ

O Instituto Pichon-Rivière oferece: Experiência Intensiva de Grupo Operativo (dias 29/3 — 30/5 e 31/5) — Investigação Vocacional: Uma Elaboração do Projeto Profissional (abril e maio). Maiores informações: R. Casa do Ator, 75 — fone: 61-9877 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Euthonos programou os seguintes cursos: Teorias da Psicologia — Teorias da Psicologia da Criança Para Uma Abordagem Integradora — Cultura e Contra-Cultura na Psicologia — Síntese da Teogonia de Hesíodo e o Mito de Prometheus e, ainda, o Grupo de Vivência Corporal. Maiores informações: Av. Indianópolis, 2.876 — fone: 577-9221 — SP.

Ψ Ψ Ψ

I Encontro Paulista de Análise Transacional em São Paulo, de 29 a 31 de março. Informações: Rua Alves Guimarães, 655 — fone: 883-4289 — SP.

Ψ Ψ Ψ

O Grupo Paulista de Psicologia Humanista promove o curso: Fundamentos de Psicologia Clínica. Informações: fone: 251-0266 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Curso de Mitologia Grega. Interpretação dos mitos e lendas, sob uma abordagem psicanalítica. Informações: fones: 864-2330 e 572-5429 (à tarde) — SP.

Ψ Ψ Ψ

A Sociedade de Psicologia Clínica Preventiva oferece, com duração de dois anos, o curso de Especialização em Psicologia Clínica Preventiva. Informações: f. 212-7921 — SP.

O Instituto Sedes Sapientiae promove, com duração de 2 anos, o curso de Especialização em Psicoterapia Breve. Informações: fone: 263-8074 — SP.

Ψ Ψ Ψ

ORION — Clínica e Centro de Estudos de Psicologia Junguiana promove os seguintes cursos: Psicologia Analítica (1 ano de duração), Relaxamento (1 semestre) e Relaxamento II (1 semestre). Informações: R. Bastos Pereira, 58 — fone: 852-7125 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Curso de Estrutura e Dinâmica da Psique. Enfoque Junguiano. Duração: 8 aulas. Informações: fones: 288-8409 e 572-0854.

Ψ Ψ Ψ

Grupo de Sensibilização. Grupo de Supervisão. Leitura Introdutória à Psicanálise. Grupo de Estudo em Psicodrama Infantil. Psicodiagnóstico — Orientação de Pais. Montagem de Grupo de Orientação a Adolescentes. Informações sobre esses trabalhos: R. Januário Miraglia, 161 — fone: 64-2033 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Grupos de Estudo sobre C. G. Jung. Curso de Relaxamento. Informações: R. Benedito Lapin, 57 — fone: 883-0619 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Curso: Cronologia e Estrutura da Obra Freudiana: Um Passaporte para Lacan. Duração: 23 semanas. Informações: fone: 62-9131.

Ψ Ψ Ψ

A Associação dos Psicólogos e Estudantes de Psicologia do Grande ABC — APEP promove: Grupo de Estudo Freudiano (na 1ª semana de Abril); Curso de Técnicas de Relaxamento (com duração de 12 semanas); Curso de Psicodrama (duração: 10 hs.). Informações: Rua Domingos João Ballotim, 46 — 5º andar — cj. 52 — São Bernardo do Campo — fone: 443-3599.

Ψ Ψ Ψ

A Associação de Psicoterapia Analítica de Grupo promove, dias 4 e 5 de Abril próximo, o seguinte trabalho: Psicoterapia Analítica de Grupo. O que é? Como é? Pra quem é? Informações: fone: 282-2193 — SP.

Ψ Ψ Ψ

O GRASP — Grupo de Atividades e Supervisão em Psicologia realizará a partir de 10/04 próximo o curso de Aperfeiçoamento em Psicomotricidade e o curso de Técnicas de Relaxamento e Auto-Percepção, a partir de 12/04. Informações: R. Borges Lagoa, 1231 — cj. 101 (10º andar) — fone: 544-1413 — SP.

A PADI — Consultoria e Treinamento oferecerá a partir de Abril os seguintes cursos: Habilidades de Orientação e Aconselhamento na Empresa — Habilidades Interpessoais — Administração para Psicólogos — Habilidades de Entrevista em Seleção — Habilidades de Coordenar — Wartegg Teste — Zulliger Teste — Palográfico Teste — Elaboração de Laudos em Seleção — Habilidades de Coordenar Dinâmica de Grupo em Treinamento — Fundamental de Treinamento — Programa de Desenvolvimento de Instrutores de Treinamento — Condensado de Recrutamento e Seleção — Gerenciando Recrutamento e Seleção. Informações: fone: 543-6414 — SP.

Ψ Ψ Ψ

Curso: Abordagem Corporal — Introdução. Informações até final de Março. Av. Juriti, 656 — fone: 570-6239 (falar c/ Conceição).

Ψ Ψ Ψ

I Congresso Brasileiro de Psicoterapia e Trabalho Social. Rio de Janeiro 5 a 8 de junho. Inscrições de trabalhos a serem apresentados: até 30.03.85. Inscrições: R. Dona Cecília, 25 — fones: 273-6490 e 273-6249 — Telex (021) 34243 — CEP 20251 — Rio Comprido — Rio de Janeiro.

Ψ Ψ Ψ

TEATRO — Freud — no distante país da alma. Estreou no último dia 14, sob a direção de Flávio Rangel, no Teatro Aliança Francesa. Procurados pelos promotores da peça, fomos informados de que os psicólogos terão descontos na compra dos ingressos. Maiores informações: bilheteria do Teatro — R. General Jardim, 182.

Ψ Ψ Ψ

CORREÇÃO da nota da edição anterior. Grupos de Estudos sobre psicodiagnósticos Hermann Rorschach. O endereço correto é: Rua Pamplona, 50 — fones: 287-7124 ou 288-0094. Os grupos terão início em Março e Abril.

Ψ Ψ Ψ

Observações:
1) Os eventos, cujas inscrições não estão datadas, tiveram autorização de seus promotores para serem publicados nesta edição. É aconselhável, entretanto, que os interessados procurem contato com os locais, no menor espaço de tempo possível;
2) Tendo em vista o grande número de solicitações de eventos a serem divulgados nessa época, reduziu-se, ao mínimo necessário, as informações contidas em cada texto.

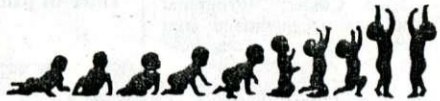
Vale do Paraíba cria entidade de psicólogos

Foi realizada, no dia 30/10/84, na Clínica Neurológica, a Assembleia Geral da Associação Vale-paraibana de Psicologia (AVP), entidade fundada em 25 de setembro passado, com sede e foro em São José dos Campos, sendo uma entidade civil sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

A AVP tem por objetivo a união dos psicólogos e estudantes, incentivo ao trabalho dos mesmos, investigação, divulgação, aplicação e ensino da Psicologia, defesa dos interesses da profissão e dos profissionais. Proporcionar aos sócios desenvolvimento cultural, assistência jurídica, alternativas de lazer e assistência à saúde.

Na assembleia foram aprovados os estatutos e realizada a eleição da diretoria, sendo que esta ficou assim composta: Presidente - Cristina Maria Cortez Reis; vice-presidente - Helena Nador; 1ª secretária - Ana A. Fiore de Barros; 2ª secretária - Ivani Justo Macera; 1º tesoureiro - Rita de Cássia Casabona; 2º tesoureiro - José Mário da Rocha Oliveira; conselho fiscal - José Francisco Catanzaro, Elaine Brescancini e Ana Maria Piasentin Vertamatte. As reuniões da AVP são realizadas toda última terça-feira de cada mês, às 20 horas, na Clínica Neurológica, à Av. Adhemar de Barros, nº 566. Esperamos contar com a presença dos colegas da região.

(Artigo transcrito do jornal Vale do Paraíba)



Sindicalização terá desconto até abril

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo continua promovendo, até abril, a campanha que prevê 50% de desconto na anuidade para os psicólogos que se inscreveram este ano no CRP-06. Além da importância indiscutível da sindicalização, este é um ano de eleição para o sindicato (novembro), e só poderão votar os psicólogos que se inscreveram até abril. A direção do sindicato informou que, considerando os meses anteriores, o volume de inscrições já aumentou, revelando os resultados positivos da campanha.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

É oportuno ressaltar, mais uma vez, que: a) todos os psicólogos inscritos no CRP-06 e que exercem sua profissão ou atividade neste Estado, devem pagar a Contribuição Sindical relativa ao exercício de 1985; b) o recolhimento da Contribuição Sindical não significa que o psicólogo está sindicalizado.

Os psicólogos que ainda não receberam a guia que foi enviada pelo sindicato através do correio, devem retirá-la na secretaria do mesmo: Av. Brig. Faria Lima, 1084 - 2º andar.

Microcomputador será ferramenta do CRP-06

O Conselho também está se modernizando. Com o crescimento da categoria, ou ampliamos o quadro de pessoal ou racionalizamos a administração. A opção do Plenário foi adquirir um microcomputador Branson, para o qual serão passados os programas e dados hoje processados num burô.

Muitos controles administrativos poderão ser melhorados ou implementados. Por exemplo, deverá terminar a defasagem entre a informação de mudança de endereço e sua atualização no computador. A contabilidade do Conselho estará também mais integrada com os registros dos profissionais. Estamos certos de que o microcomputador será uma boa ferramenta para facilitar as relações administrativas entre o Conselho e a categoria.

Agências de Turismo? Pesquise antes!

A partir de situações bastante desagradáveis em que foram envolvidos alguns psicólogos que participaram, através da Itanhaém — Viagens e Turismo Ltda., do Congresso de Psicologia da Saúde realizado em dezembro, em Cuba, o CRP-06 julga oportuno alertar os psicólogos, quanto a promissões dessa natureza.

No caso citado, houve problemas com reservas de vôos para Havana, que só não impediram os psicólogos de chegarem até Cuba porque eles tomaram providências através de outros contatos que não os da referida agência.

Procura-se

Psicólogos que tenham informação ou estejam interessados em discutir e trocar experiências sobre Rituais de Acalanto (canções de minar etc.), particularmente relacionados à interação mãe-filho. Os interessados — que podem, inclusive, associar-se à pesquisa — poderão entrar em contato com Ana Lúcia Cavami Jorge nos seguintes endereços: São Paulo: rua Maranhão nº 554 — Cj. 61 — fones: 881-1222 (ramal 1281) e 262-7756 ou Santos: rua Ana Costa nº 532 — fone (0132) 37-6278.

Agenda

13/02/85 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Marcos. O Conselho Antonio Waldir Biscaro esteve presente, a convite dos estudantes do Curso de Psicologia, para discutir mercado de trabalho do psicólogo.

06/03/84 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. O Delegado Antonio Carlos Simonian dos Santos esteve presente à solenidade de Colação de Grau dos alunos do Curso de Psicologia (veja matéria nesta edição).

06/03/85 - Instituto Metodista de Ensino Superior. O Conselho José Paulo C. de Menezes esteve presente como representante do CRP-06

à solenidade de formatura dos alunos do Curso de Psicologia.

06/03/84 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. O Delegado Antonio Carlos Simonian dos Santos esteve presente à solenidade de Colação de Grau dos alunos do Curso de Psicologia (veja matéria nesta edição).

06/03/85 - Instituto Metodista de Ensino Superior. O

Conselheiro Silvio Leite da Silva participou, da Semana de Calouros, a convite do DA, falando a estudantes de Psicologia sobre mercado de trabalho do psicólogo.

08/03/85 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itatiba. O Delegado Adjunto Oscar Armani esteve presente à solenidade de formatura dos alunos de Psicologia, enquanto representante do CRP-06.



CRP-06 debate Saúde da Mulher

Realizou-se, entre janeiro e março deste ano, uma série de encontros neste CRP-06 tendo como tema a Saúde Mental da Mulher. O programa foi o seguinte:

29/01 — "Observação de fenômenos emergentes na psicoterapia quando da gravidez da psicoterapeuta" — Ivonise Motra Catafesta; "Orientação de grupos de mães nas organizações espontâneas da comunidade" — Valéria Helena S. Cabral.

05/02 — "Projeto: Superação de dificuldades de Amamentação com mulheres de baixa renda" — Rosa Cukier; "Programa Educacional: Sexualidade com prazer" — Thereza Campanilli Ferraz.

12/02 — "A mulher na periferia — conflitos e perspectivas analisados através de um grupo de orientação de mães — PUCSP" — Odete G. Pinheiro; "Orientação Jurídica e Atendimento Psicológico — uma nova perspectiva" — Margareth Arilha e Lídia Maximo.

26/02 — "Psicoterapia Corporal e Mulher" — Yvonne M. Vieira; "A busca da identidade por grupos de mulheres na periferia de São Paulo: do tricô às ervas medicinais e à saúde da mulher" — Vera Rezende.

05/03 — "Um trabalho bem sucedido com mulheres na periferia de São Paulo — Zona Leste" — Maria Tereza Franzin.

O objetivo básico desses encontros foi proporcionar um levantamento inicial dos trabalhos que vêm sendo realizados, no campo da Psicologia, relacionados à saúde da mulher. A comissão organizadora do evento — ligada à Comissão de Saúde — considerou seus resultados bastante positivos e, dada a amplitude de possibilidades surgidas, pretende avaliar mais profundamente o processo a fim de propor novos encaminhamentos.

Formandos já têm registro

A Delegacia de Santos realizou no último dia 06/03 uma experiência inédita no CRP-06: os alunos do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos receberam, na solenidade de Colação de Grau, suas carteiras de registro neste Conselho.

A proposta partiu da direção da Faculdade e foi acolhida com entusiasmo pela Delegacia de Santos e pela sede do CRP-06, que é onde se processam os registros de todos os psicólogos. Graças aos esforços da secretária e direção da Faculdade, da Delegacia de Santos, da Comissão de Divulgação e Contato e dos funcionários do Conselho, foi possível realizar essa primeira experiência, que poderá ser estendida futuramente a outras escolas interessadas. A viabilização desse projeto dependerá, basicamente, da possibilidade de criar uma nova sistemática que não entre em choque com aspectos legais envolvidos nos processos de inscrição.

Para o CRP-06, esse acontecimento, além de representar uma maior aproximação com estudantes de Psicologia e entidades de ensino, significa um avanço muito concreto no sentido da colocação da máquina administrativa a serviço dos psicólogos.

Por ocasião da solenidade do dia 06/03, o CRP-06 esteve representado pelo Delegado de Santos — Antonio Carlos Simonián dos Santos, que procedeu à entrega das Cédulas de Identidade Profissional aos novos psicólogos.

Instituição e Saúde

- um binômio que parece fadado à contradição -

O documento apresentado a seguir foi elaborado pelas conselheiras que coordenam os trabalhos da Comissão de Instituição. Tomando como base a experiência das autoras em instituições encarregadas do atendimento a crianças abandonadas e infratoras, o texto se destina sobretudo aos psicólogos que têm desenvolvido este tipo de atividade profissional. Visa abrir discussão sobre as condições em que se desenvolve este trabalho, de forma a traçar linhas concretas de atuação conjunta com o Conselho.

Como se poderá notar, trata-se de um texto polêmico, na medida em que marca uma posição teórica e política a respeito da questão. Esta posição foi objeto de intensa discussão pela Plenária do Conselho, e espera-se que o seja também entre os psicólogos.

1. De que instituição e de que saúde falamos?

Ultimamente, tem-se falado muito em instituição e saúde. Isto acontece, sobretudo entre profissionais que, como nós, vêm ampliando seu âmbito de ação para além dos consultórios particulares. Tem-se falado muito em saúde e instituição, também nos órgãos e nos programas da administração pública e social.

O significado desses termos, entretanto, varia muito. Por isso, no momento em que a Comissão de Instituição deste Conselho Regional de Psicologia se propõe a discutir tal questão e sobre essa discussão se propõe a estabelecer metas de atuação, parece necessário partir de definições. Para que se tenha uma linguagem comum a respeito de que instituição e de que saúde estamos falando, destacaremos dentre as definições possíveis aquelas com que temos pensado nossa prática.

O termo instituição será aqui utilizado para significar toda e qualquer prática social em que aqueles que a fazem reconhecem-na como autêntica, como natural e, não, como relativa e "instituída" (1). Assim, instituição é um conjunto de relações sociais, quer essas relações sejam pautadas por normas explícitas, por regulamentos, por organogramas, no espaço definido de uma organização (uma empresa, uma escola ou um hospital em particular), quer sejam vividas em função de pautas implícitas, compactuadas pelos que a fazem, sem que isto esteja expressamente regulamentado (como acontece na família, por exemplo). Podemos dizer, com isto, que a instituição do ensino extrapola uma escola, embora concretize-se nos práticas sociais de cada uma delas. Da mesma forma, a instituição do trabalho supõe todo o conjunto de relações produtivas de uma sociedade, mas pode estar se concretizando, por exemplo, nas empresas e nas indústrias. Podemos ainda dizer que as práticas de "cuidado" ou atendimento à infância em abandono, à loucura e à marginalidade social, são exercidas no interior de organizações específicas como os hospitais, os orfanatos, as casas de custódia e as prisões e, com isto instituem a cada ato cotidiano a própria loucura, a marginalidade e o abandono.

Nesse "moto-contínuo" legítima-se a existência de determinadas relações de produção, de educação escolar e de marginalidade. E isto acontece enquanto as relações vividas articulam-se a representações, concepções, imagens, que permitem que elas sejam reconhecidas como as relações possíveis em tais situações (2). Por exemplo, a relação que se imagina como a possível no trato com a marginalidade é aquela que dispõe de métodos (dos mais repressivos e reclusivos, aos mais brandos e "liberais", guardadas diferenças...) para a reintegração social. Ainda, os professores de uma escola, repetem diariamente práticas que supõem vínculos com os alunos, com os "pares" e com orientadores e diretores, e, enquanto as repetem nelas práticas o ensino; ou seja, admitem que ensino é isto.

É claro que, ao mesmo tempo em que este reconhecimento se dá, surgem também insatisfações, desajustes e conflitos. O professor nem sempre parece satisfeito com seu trabalho. Mesmo os psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, muitas vezes se queixam das atividades desenvolvidas nos lugares em que trabalham. Além disso, algumas crianças fogem das unidades da FEBEM e outras insistem em serem reprovadas nos diferentes (em geral os primeiros) níveis de escolaridade.

Via de regra, no entanto, o que se questiona nessas ocasiões (fora a precariedade das condições materiais e salariais), é a inadequação deste ou daquele diretor, desta ou daquela pessoa que executa determinado trabalho. Ou então, questiona-se o genérico e abstrato "sistema social, político e econômico mais amplo". Mas, a instituição do ensino ou da exclusão/reclusão da marginalidade — cotidianamente exercida e sutilmente admitida —, dificilmente é colocada em cheque. E é este o reconhecimento e a legitimação a que nos referimos acima. Os conflitos são geralmente atribuídos à qualidade, deméritos e "veleidade" dos agentes institucionais (ou, como dissemos, são atribuídos a um abstrato "sistema"), e não, à "natureza" mesma da instituição, ou seja, à condição de ordem instituída para proceder a determinadas "ações sociais" como se fossem únicas, eternas, universais.

Até mesmo as relações de poder acabam sendo vividas como conflitivas e difíceis, porém, intrínsecas e contraditoriamente, reconhecidas. Para esclarecer,

basta pensar nas inúmeras vezes que se ouvem funcionários queixarem-se dos abusos de autoridade sobre eles, ao mesmo tempo em que afirmam sua incapacidade de definir e decidir sobre o seu dia-a-dia no trabalho. Pelo contrário, em geral, atribuem isto como função dos que comandam. Os professores numa escola, também, costumam acusar orientadores pedagógicos e os diretores de desmandos e ao tempo alienam neles sua condição de planejar o ensino. Reclamam, por exemplo, de "falta de orientação".

Tendo definido dessa maneira as instituições, passamos a delimitar — também para estabelecer uma linguagem comum — o que entendemos por saúde (por saúde mental, no caso) na vivência institucional.

Saúde não estará sendo pensada, aqui, como a ausência de conflitos. Mas, como a possibilidade de lidar com eles como oposições ou problemas a serem considerados e "trabalhados", a nível dos grupos e das pessoas. Como estes grupos e pessoas ocupam lugares determinados na ordem instituída, inevitavelmente opõem-se interesses, desejos, nas relações que (re) criam. E, do interjogo desses lugares, nasce também a possibilidade da consciência e do (re) conhecimento das tradições. A isso chamamos saúde: à condição de inserção crítica no movimento (também possível) do instituído.

Estamos, portanto, afirmando que a mesma ordem que cria a regularidade e o estabelecido, cria as oposições e a possibilidade de consciência e saúde. Há limites, porém, para tanto. E o que fica mais em evidência, ou melhor, o que predomina, é a dificuldade de "convivência" entre saúde e instituição no interior das práticas concretas que conhecemos e fazemos...

O que em geral se dá é um movimento de perpetuação do instituído (da rigidez e da estereotipia), o seu reconhecimento como natural (e com ele desconhecimento de outras formas de relação), as insatisfações e os conflitos (ora negados, ora indiretamente afirmados). Tudo está acatado por configurar o jogo saúde/doença de tal forma a dificultar a saúde e a facilitar a doença...

Por essa razão — e até pela forma aguda com que se expressam os desajustes e os prejuízos em instituições concretas como os presídios, os hospitais psiquiátricos e as casas de atendimento a crianças em abandono e infração — tem sido cada vez mais frequente a proposta de se eliminarem tais instituições. Muitas vezes, isto é proposto como se o fim delas significasse o fim das contradições sociais que as criaram.

Eis uma questão que precisa ser examinada com cuidado. Pode-se por exemplo notar que, em nome de uma filosofia humanista e de políticas humanizadoras se propõe a extinção dos presídios, dos hospitais psiquiátricos e da FEBEM. Ou, pelo menos, propõe-se o fim das práticas repressivas de contenção da marginalidade social. No entanto, o que se nota também é que, mesmo nessas ocasiões, o fim último de reintegração e de eliminação de uma certa marginalidade não é abandonado. Pretende-se tratar o preso, o louco e o menor de forma mais humana para recuperar-lhe a sua humanidade, ou seja, a cidadania, a sanidade e a infância ou adolescência. E nisso, num sutil "passe de mágica", acaba-se reconhecendo de forma absoluta (natural e autêntica), a relativa condição de cidadão ou de infância "saudável" que vivemos nos extra-muros. Não se desiste da "modificação do atendido", portanto, nesse processo de "recuperação de humanidade".

É neste pano de fundo que se situa o trabalho de profissionais como os psicólogos. E, é sobre este trabalho e sobre o seu lugar institucional que nos dispomos a posicionar, enquanto Comissão de Instituição deste Conselho Regional.

2. O Psicólogo

Diversas vezes, este profissional, pela formação que teve e pela demanda da instituição que o contrata, acaba se dedicando quase que exclusivamente a atividades de diagnóstico e psicoterapias que terminam em "relatórios de casos".

Em geral, na relação com outros técnicos, com funcionários e com a clientela, o psicólogo se percebe ora isolado, ora disputando regiões de poder e de fazer. Mas, envolvido como está no conjunto das relações e no imaginário (universo de concepções, representações ou ideologias) da instituição, não consegue compreender os processos gerais das relações, angustia-se e se exaspera com seu trabalho ou, simplesmente, submete-se.

Em geral, seu fazer torna-se repetitivo e sem muitas condições de atender satisfatoriamente a ele e à própria clientela, naquela que poderia ser a especificidade de sua atuação. As vezes, a percepção desta situação o leva a fazer trabalhos com grupos na instituição. As vezes, levam-no a vislumbrar a possibilidade de trabalho não só com os "atendidos", mas também com os "atendentes" (funcionários daquela unidade, por exemplo). Estes, no entanto, acabam sendo empreendimentos, também em si solitários. Acabam implicando em gasto com pagamento de supervisão e grupos de estudos que exaurem ainda mais seu salário. É claro que, na maioria dos casos, a resposta do psicólogo às condições de trabalho é a do envolvimento no cotidiano institucional, de tal maneira que resiste até mesmo às propostas que surgem de dentro, como, por exemplo, a de reciclagem por meio de cursos e reuniões gerais.

3. O Conselho

Enquanto uma Comissão de Trabalho do Conselho — um órgão de categoria profissional e com o objetivo de um trabalho organizativo junto aos psicólogos, no sentido de permitir à população serviços qualitativamente mais satisfatórios, — dispomos neste documento a:

(a) expressar nossa posição quanto ao que julgamos ser o objeto de trabalho institucional do psicólogo;

(b) propor ocasião de encontro e reflexão sobre estas questões com os psicólogos interessados; e

(c) definir algumas "metas" concretas, até certo ponto mais imediatas, de luta para que isto seja de alguma forma atingido.

Cabe, no entanto, destacar que a Comissão de Instituição que ora lança este documento, limita-se ao trabalho com instituições de atendimento ao abandono e à marginalidade social (instituições de menor, mais especificamente). Por esta razão, o que, a partir daqui se passa a afirmar, diz respeito mais diretamente a instituições desta natureza.

Quanto ao item (a), pensamos que a atuação profissional do psicólogo, nessas situações concretas, deveria diferir da simples reprodução de teorias e técnicas aprendidas nos cursos de Psicologia, que visam, sobretudo, a um atendimento individual e no âmbito dos consultórios. Deveria esta atuação orientar-se para o contexto institucional onde se dá a prática psicológica, no sentido de compreensão das dinâmicas das relações instituídas e da maneira como se produzem as ideologias, as representações, as concepções e as pré-concepções. Assim, deveria "ter olhos e ouvidos" para a forma particular como se dão as relações e a legitimação delas a nível subjetivo, no Serviço Social de Menor e nas Unidades concretas que recebem esta parcela da população. Este deveria ser o objeto de sua atuação, se não a nível da intervenção (por que às vezes isto se mostra impossível), pelo menos, a nível da compreensão da dinâmica das relações. É importante destacar que mesmo esta compreensão sofre limites pelo fato de o psicólogo estar concretamente inserido nessas práticas institucionais e, portanto, inevitavelmente "cego" para alguns aspectos delas; ele está sempre, em algum grau, comprometido como que chamamos de "o imaginário da instituição"...

Quanto ao item (b), pensamos que muitas medidas poderiam ser encaminhadas como "bandeira de luta" para um aprimoramento da qualidade técnica do trabalho psicológico junto a instituições. No entanto, é necessário que se façam opções. Em função de exaustivas discussões desta Comissão do CRP-06 e, consonante com suas políticas gerais bem como em função de nossa experiência nesta área, julgamos ser importante começar pela mobilização de recursos junto às secretarias de Estado responsáveis pelas instituições em que ora nos centramos. Tal mobilização visaria comprometer estes órgãos no oferecimento de um trabalho de supervisão institucional à unidades concretas. Este trabalho (que já tem se concretizado em alguns Centros de Saúde) poderia ser desenvolvido por um profissional da área de psicologia institucional que, na condição privilegiada de distância (ele, por exemplo, não seria um empregado da casa) do conjunto de representações daquela prática específica, pode ter a condição de análise dos processos instituídos e imaginados ou percebidos pelos sujeitos — agentes da prática. Ou seja, ele pode fazer pensar as relações vividas. Com isto o psicólogo, como parte deste processo terá ampliada sua compreensão e sua condição de intervenção e de trabalho. Indo ainda além, é necessário discutir-se a forma como os próprios psicólogos participariam da indicação de profissionais para esse trabalho.

Quanto ao item (c), estamos propondo uma série de reuniões seguidas, na forma de Curso sobre Psicologia Institucional ou sobre Instituição e Saúde, que poderia ter a participação dos psicólogos interessados e que visaria, em última instância, a discussão deste projeto de atuação descrito em (a) e (b). Estamos pensando em desenvolver este curso nos meses de abril ou maio deste ano.

4. Este documento...

é um manifesto-convite aos psicólogos, para que deem sua opinião a nível individual ou de grupo, encaminhando sugestões e novas propostas.

No momento, está sendo, contudo, o ponto de apoio para o prosseguimento das atividades da Comissão de Instituição deste Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região.

MARLENE GUIRADO e
SUELI DUARTE PACIFICO

(1) Para melhor compreender esta definição, leia-se o que escreve Michel Foucault em *Microfísica do Poder e História da Loucura (entre outros)*, Robert Castel em *A idade de Ouro do Alienismo e O Psicanalismo e José Augusto Guilhon de Albuquerque em Metáforas da Desordem e Instituição e Poder*.

(2) Vide Guilhon de Albuquerque em *Metáforas da Desordem*.